



Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO SECRETARIA DO TRIBUNAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL Em 24 de setembro de 2007

Ratifico, na forma do art. 26 da Lei n.º 8.666/1993, a inexistência de licitação, com vistas à contratação da empresa Centro Médico Geral de Saúde do Gama, com o objeto de credenciamento para prestação de serviços ao Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho, com fulcro no art. 25 da Lei n.º 8.666/1993.

ALEXANDRE DE JESUS COELHO MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

PORTARIA Nº 184, DE 24 DE SETEMBRO DE 2007

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no uso de suas atribuições regimentais (art. 19, incisos XVI e XLI), tendo em vista o disposto nos artigos 18, § 2º, 54, caput, inciso III e parágrafo único e 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

I - tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de setembro de 2006 a agosto de 2007;

II - esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. SAMOEL EVANGELISTA

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I			
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS R\$ Milhares		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.864	314	20.178
Pessoal Ativo	18.223	314	18.537
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	18.223	314	18.537
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.641	-	1.641
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.238	-	2.238
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	734	-	734
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.503	-	1.503
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	17.627	314	17.941
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ¹			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100			0,004948
LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - <=> 0,008454			30,655
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=> 0,008031			29,121

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹Valores referentes à Portaria STN nº 619, de 18/09/2007. Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)

a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias): 2.244

b) Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União): 2.222

Des. SAMOEL EVANGELISTA
Presidente do Tribunal

CARLOS VENÍCIUS FERREIRA RIBEIRO
Diretor-Geral

ALTAMIRO LIMA DA SILVA
Secretário de Administração e Orçamento
Substituto

ALTAMIRO DANTAS CRUZ
Coordenador de Controle Interno

ANTÔNIA GEANNE DE ARAÚJO SOUZA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 713, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 2º Quadrimestre do exercício 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ²	44.640	-	44.640
Pessoal Ativo	39.919	-	39.919
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.721	-	4.721
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	7.395	-	7.395
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.085	-	3.085
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.310	-	4.310
DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP (III) = (I - II)			37.245
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) ³			362.612.840
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) x 100			0,016665%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)			60,429
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)			57,408

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - No total da Despesa Bruta com Pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)

a) O total concernente à Modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias) é de R\$ 5.335.

b) Do valor acima, R\$ 5.163 referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União).

3 - Valor referente à Portaria STN nº 619 de 18/09/2007 (DOU de 19/09/2007).

AGNALDO QUINTELA DOS SANTOS
Gestor Financeiro

VIVIANE DE ARAÚJO GONÇALVES
Coordenadora de Controle Interno

JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO
Diretor-Geral

Des. ANTONIO SAPUCAIA DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 473, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e parágrafo único do Art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, referente ao período de Setembro/2006 a Agosto/2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2006 A AGOSTO 2007

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	65.980	-	65.980
Pessoal Ativo	55.359	-	55.359
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	55.359	-	55.359
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.621	-	10.621
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.901	-	9.901
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.744	-	1.744